



## Mês da Consciência Negra e o debate em torno do Racismo Ambiental

Por Maria Cecília Santos para a RAÍZES

No Brasil, o mês de novembro tornou-se conhecido como o “Mês da Consciência Negra”. A origem do evento baseia-se na data específica celebrada no dia 20 de novembro, o “Dia da Consciência Negra”, que a partir deste ano (2024) passa a ser feriado nacional no país. O mês reforça a luta contra o racismo, ao tempo em que celebra a identidade negra e suas representações. No contexto brasileiro, não há como debater as diversas pautas econômicas e sociais, como a luta pela terra, pelos direitos das mulheres e a defesa dos direitos humanos, sem levar em conta a realidade e a participação da população negra.

Quase 56% da população brasileira se declara preta ou parda, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) [1], ano no qual pela primeira vez a soma



de pretos e pardos superou a de pessoas brancas. Esse foi um marco social que ampliou os debates sobre o racismo em diversas camadas e evidenciou o racismo ambiental, tema deste artigo.

Este é o segundo artigo da série Novembro Negro desenvolvido pela RAÍZES e você pode conferir o [primeiro artigo aqui](#), onde abordamos a perspectiva histórica e a origem do “Dia da Consciência Negra”.

### **O que é racismo ambiental, expressões e origem**

O termo “racismo ambiental” foi lançado pelo norte-americano Benjamin F. Chavis Jr., em 1985, quando desenvolveu um relatório apresentando que três de cada cinco afro e hispano-americanos viviam em áreas sem controle de resíduos perigosos. O relatório intitulado "Resíduos Tóxicos e Raça nos Estados Unidos: Um relatório nacional sobre as Características Raciais e Socioeconômicas de Comunidades com Locais de Resíduos Perigosos" analisou também que em 10 grandes áreas metropolitanas, a situação era ainda pior, com 90% da população vivendo em áreas de risco. [2]

No Brasil, são muitas as questões que agravam o racismo ambiental —uma face ambiental do racismo estrutural [3]— que afetam especialmente pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas<sup>1</sup> e outros grupos étnicos colocados em situações vulneráveis. Em 1888 a Lei Áurea foi sancionada para abolir a escravidão no país, após 388 anos do regime, sem garantir nenhum direito às mais de 700 mil pessoas negras libertas, nem haver qualquer trabalho para integrá-las socialmente ou qualquer forma de reparação. Ao contrário, já havia um processo de substituição gradativa de atividades exploratórias por mão-de-obra barata de imigrantes, em especial europeus [4], desde 1850, com a criação da Lei 601, a primeira Lei de Terras do Brasil. Na ocasião, o território brasileiro, ora pertencente à coroa portuguesa, passava a ser vendido ou lavrado para fazendeiros, imigrantes e donos de engenhos e estruturas de interesse econômico. [5]

A Coroa Portuguesa serviu aos interesses das elites nacional e europeia, ampliando a concentração de terras, que deu origem aos latifúndios. Sem

---

<sup>1</sup> Quilombola é uma pessoa que vem dos Quilombos, comunidades formadas por pessoas que fugiam da situação de escravização no Brasil, formando espaços de luta e resistência negra. A palavra vem do termo banto *kilombo*, que significa "acampamento" ou "fortaleza".



alternativa, a população recém liberta se dividiu, especialmente, em quilombos e nas cidades portuárias, onde ainda havia trabalho para a população ex-escravizada e analfabeta. Esses processos constituíram uma população que era vista como descartável e sem força política para trazer mudanças para sua realidade, ficando à própria sorte. As áreas urbanas, que também haviam sido concedidas ou compradas, foram adensadas nas áreas periféricas das cidades, nos morros e próximas a cursos d'água, dando origem às submoradias, como as favelas e as palafitas. As cidades de Salvador, Recife, São Luís (do Maranhão), Pelotas, Santos e Rio de Janeiro concentram, ainda hoje, boa parte da população preta e parda no Brasil. [5]

O racismo ambiental se expressa no fato de que a população negra é mais vulnerável às enchentes, aos desmoronamentos, aos transtornos climáticos e à insegurança alimentar, sendo eles quem, contraditoriamente, menos contribuem com o aquecimento global. Nos últimos 10 anos, essa população foi afetada 15 vezes mais com as alterações climáticas em comparação com a população que vive em regiões com maior infraestrutura. [6] A exemplo de São Paulo, a maior capital da América Latina, os bairros mais pobres sofrem com recorrentes racionamentos de água, com a precariedade dos serviços de saneamento e com o descaso da zeladoria urbana, que resulta em crises de abastecimento de energia e inundações.

Segundo [pesquisa do Instituto Pólis](#), encomendada ao IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), 7 a cada 10 brasileiros(as) já vivenciaram pelo menos um evento extremo associado às mudanças climáticas, o que equivale a mais de 118 milhões de pessoas. Eventos de alagamentos, inundações e enchentes preocupam 25% mais as classes D e E (população com renda até 2 mil reais<sup>2</sup>) do que as classes A e B (população com renda entre 10 mil e 20 mil reais). Fazendo o recorte racial, a população negra brasileira se apresenta 25% mais preocupada com os eventos climáticos que a população branca.

As violações e as flexibilizações das leis e dos códigos ambientais também expressam o racismo ambiental. As falhas de fiscalização na construção civil agravam a situação e já provocaram grandes desastres ambientais. Obras de grande porte são realizadas sem o devido estudo de impacto socioambiental e

---

<sup>2</sup> Dados divulgados pelo IPEA, mencionados em [Inflação 2024 pesa mais para famílias de renda muito baixa](#)



com processos de manutenção periódica muitas vezes omissos por parte das iniciativas públicas e privadas. Ao longo da última década houve três grandes crimes ambientais no Brasil: em 2015, o rompimento da barragem pertencente às multinacionais Samarco, Vale e BHP, na cidade de Mariana, em Minas Gerais (MG), inundou a Bacia do Rio Doce com metais pesados [7]; em 2019, outra barragem da Vale, em Brumadinho, MG, se rompeu e soterrou todo o entorno com lama tóxica. O crime contaminou o Rio Paraopeba em mais de 300 km de sua extensão, afetou 138 hectares de florestas nativas e atingiu mais de 600 mil pessoas. [8] No mesmo ano, a empresa grega Delta Tankers despejou 2.500 toneladas de óleo cru no mar, na tentativa de esvaziar seu navio para corrigir a estabilidade da embarcação. A consequência foi uma tragédia ambiental no litoral do país que atingiu 111 cidades brasileiras, a maioria localizada na Região Nordeste do país, [9] e que matou diversos animais, poluiu a costa litorânea e impactou diretamente a vida da população local, dos pescadores e de quem vivia do turismo litorâneo.

### **“Nosso futuro é ancestral”**

Muito falamos sobre as adversidades do presente e nossas projeções futuras, associando o desenvolvimento tecnológico como uma saída para recuperar todo o dano já causado ao meio ambiente. Desenvolvemos carros elétricos, transportes coletivos expressos, mercado de carbono, turbinas eólicas, entre outros. No entanto, dentro do sistema capitalista, em que o lucro é o objetivo chave que acontece pela exploração do trabalho humano e da natureza, todas as alternativas ficam reduzidas à mitigação de danos.

*“O modelo de desenvolvimento capitalista e colonizador não tem respostas para o que ele mesmo criou, até porque é esse mesmo modelo que oprime e mantém a maior parte da população negra sob “a mão invisível do mercado” em condições de desumanidade e que nos cenários das mudanças climáticas são os mais afetados. Esse modelo eurocentrado de desenvolvimento precisou criar o conceito de raça e da suposta superioridade branca negando outras epistemologias, outras formas de conceber e viver nesse mundo. Mas, quem diria, boa parte da solução para os problemas socioambientais da atualidade já eram práticas comuns dos povos africanos, indígenas e de outras culturas.”*  
(Santos, 2023, p.30) [10]



O ambientalista indígena Ailton Krenak defende a importância de olharmos para nossa ancestralidade para entender que futuro queremos, pois a forma como enxergamos o mundo é, muito provavelmente, como vamos coexistir nele. Ele comenta que os nossos antepassados não viam os recursos naturais como commodity, como vemos hoje e, por isso, o zelo ambiental promovia a conservação da natureza. Os rios e as florestas não eram uma mercadoria, mas fluxos naturais com suas dinâmicas próprias, de enchente e de seca, de acordo com seu ciclo natural. [11] Em nome da modernização e do progresso, normalizamos paradoxos: desviamos rios para construir estradas, fechamos nascentes para urbanizar territórios e contaminamos os solos e as florestas com veneno para produzir alimentos. Parafraseando a escritora Conceição Evaristo, devemos pensar em um modo de vida possível e alternativo dentro do próprio sistema capitalista, enquanto lutamos para mudá-lo, já que esse é o sistema vigente e é nele em que desenvolvemos nosso estilo de vida. Evaristo comenta que estamos tão acostumados a conviver com a lógica exploratória, que é mais fácil pensarmos em acabar com o mundo do que acabar com o sistema. [12]

Em contrapartida à lógica da exploração perversa, grupos e organizações populares resistem, determinados a promover soluções para minimizar os efeitos da estrutura atual, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que há 40 anos atua na luta pelos territórios, pela conservação e coexistência com a natureza, pela busca de mudanças de paradigmas, e desenvolve a agroecologia nos territórios de reforma agrária— conquistados, literalmente, com suor e sangue. O plano “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, lançado em 2020, já plantou 25 milhões de árvores e planeja plantar mais 75 milhões até 2030, além de fortalecer a produção de alimentos sem veneno no Brasil. [13] Na contramão das práticas capitalistas, iniciativas populares e contra-hegemônicas como essa fortalecem a luta contra o racismo ambiental e confirmam a máxima de que para obtermos justiça socioambiental e climática no Brasil, devemos, primeiro, conceber reparação e justiça racial.

## Referências

[1] Agência IBGE de Notícias, 2022. “Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda”. Censo Demográfico Brasileiro, 2022. Disponível em:



<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-s-e-declara-parda>

[2] UNC Libraries. Recorte de jornal The Charlotte Post, intitulado “Ben Chavis acusa de “racismo ambiental””, de Abril de 1987. Disponível em: <https://exhibits.lib.unc.edu/items/show/7443>

[3] Florence Marcolino e Rosa Negra, 2023. “Racismo ambiental, mudanças climáticas e impactos para o povo brasileiro”. Editado por Fernanda Alcântara. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/12/14/racismo-ambiental-mudancas-climaticas-e-impactos-para-o-povo-brasileiro/>

[4] Gilberto Maringoni, 2011. Texto publicado na revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), páginas 34 a 42, “História - O destino dos negros após a Abolição”. Ano 8, Edição 70. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7026/1/Desafios\\_Developolvimento\\_v.8\\_n.70\\_2011.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7026/1/Desafios_Developolvimento_v.8_n.70_2011.pdf)

[5] João Pedro Stédile, 2024. Aula aberta “Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável” no Seminário de Pesquisa FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) que foi ao ar dia 31 de Outubro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0G1d57sSfm4&t=1966s>

[6] Mariana Belmont, 2023. Livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”, organizado por Mariana Belmont, resultado da 1ª Formação em Racismo Ambiental e Emergência Climática. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>

[7] Wallace Oliveira, 2020. Texto publicado no Brasil de Fato “Em cinco anos, história do crime de Mariana (MG) é marcada pela injustiça”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/30/em-cinco-anos-historia-do-crime-de-mariana-mg-e-marcada-pela-injustica>

[8] Greenpeace em Brumadinho. Texto publicado no Greenpeace “O crime da Vale em Brumadinho”. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/>

[9] Fernanda Zauli e Igor Jácome, 2019. Texto publicado no jornal G1 “PF diz que navio grego é suspeito de derramar óleo no Nordeste e faz buscas em empresas”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/11/01/operacao-cumpre-mandas-contras-agencia-maritima-suspeita-de-derramamento-de-oleo-no-nordeste.ghtml>

[10] Izabela Penha de Oliveira Santos, 2023. Livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”, página 30, organizado por Mariana Belmont, resultado da 1ª Formação em Racismo Ambiental e Emergência Climática. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>



[11] Ailton Krenak, 2023. Entrevista ao Jornal da Unicamp e à TV Unicamp “Nossas cidades estão produzindo um mundo de concreto”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wvpiYQhVOBE&t=1s>

[12] Conceição Evaristo, 2020. Entrevista concedida à UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) durante o 52º Festival de Inverno UFMG “Mundos possíveis: Culturas em pensamento”. Recortes da entrevista disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/para-projetar-mundos-possiveis-e-preciso-repensar-o-tempo-propoe-conceicao-evaristo>

[13] Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) , 2024. “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/#apresentacao>